



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FAGED
CENTRO DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO – PLANEJAMENTO DO ENSINO E AVALIAÇÃO
DA APRENDIZAGEM**

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DO ENSINO

MARIA ELENI MEDEIROS FRAZÃO

FORTALEZA-CE

2010

MARIA ELENI MEDEIROS FRAZÃO

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DO ENSINO

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Especialização em Planejamento do Ensino e Avaliação da Aprendizagem como parte dos requisitos para obtenção do título de especialista pela Universidade Federal do Ceará.

FORTALEZA-CE

2010

Monografia submetida à Coordenação do Curso de Especialização ou como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de especialista em Planejamento do Ensino e Avaliação da Aprendizagem, outorgado pela Universidade Federal do Ceará – UFC e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que feita de acordo com as normas de ética científica.

Maria Eleni Medeiros Frazão

Monografia aprovada em _____ de _____ de _____.

Prof^a. Dr^a. Neide Fernandes Monteiro Veras
Orientadora

Prof^a Dr.^a Gláucia Maria de Menezes Ferreira
Orientadora/Coordenadora do Curso

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho de pesquisa ao meu eterno amor, Paulo Roberto Frazão, (em memória), companheiro, amigo e meu fiel escudeiro até nos últimos momentos de sua vida.

AGRADECIMENTOS

- A Deus que permitiu que eu retornasse os projetos que ficaram pendentes na minha vida, e que me dá força para enfrentar os obstáculos e desviá-los, pois, assim poderei alcançar os meus objetivos com coragem e harmonia.
- A Professora Gláucia Maria de Menezes Ferreira pela dedicação na realização deste trabalho, que sem sua importante ajuda e atenção não teria sido concretizado.
- Aos meus pais, Evanir Delmiro dos Reis e Generina Medeiros dos Reis, minha mãe (em memória), mulher valente, fiel e amiga de todos os momentos – que me ensinou a não temer desafios e a superar os obstáculos com humildade e dignidade.
- A Prof^a Neide Fernandes Monteiro Veras pelos incentivos, sugestões e incansáveis orientações concedidas.
- Aos meus amigos, nas pessoas da Celismar Nogueira e Alice d’Alva, que contribuíram de maneira incondicional para a realização do curso e elaboração desta monografia.

SUMÁRIO

1 RECONCEITUANDO A AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DO ENSINO:	
INTRODUÇÃO AO ESTUDO	07
2 EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA DO TERCEIRO MILÊNIO	12
2.1 Conteúdo da escola: bom senso e desafio	15
2.2 Parâmetros de difusão dos conhecimentos mediante a informática e meios de comunicação de massa	16
2.3 Gestão administrativa no contexto educacional do Terceiro Milênio	21
2.4 Educação familiar e a escola	24
2.5 Educação mediada pelo <i>Terceiro Setor</i>	25
2.6 Visibilidade do setor educacional mediada pela TV Digital	26
2.7 Laboratório de pesquisa para a iTV	28
3 REALIDADE EDUCACIONAL MEDIANTE A AVALIAÇÃO	29
3.1 Avaliação na prática escolar	29
3.2 Como avaliar num contexto delimitado	30
3.3 Avaliação na abordagem tradicional do ensino	31
3.4 Avaliação na óptica pedagógica do Terceiro Milênio	32
3.5 Entendimento do ato de avaliar	34
3.6 Demanda por avaliação: autonomia, responsabilidade e participação ..	37
3.7 Avaliação: interação do real e as expectativas do aprender	40
3.8 Avaliação como instrumento de opressão	41
4 CONCLUSÃO	47
REFERÊNCIAS	52

1 RECONCEITUANDO A AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DO ENSINO: INTRODUÇÃO AO ESTUDO

O estudo expressa uma reflexão sobre a avaliação da qualidade do ensino-aprendizagem, mediante reflexões e reconceituações. O foco do objeto de estudo se concentra na indagação: como se deve agir em um país que pratica uma política educacional que não satisfaz aos interesses do povo na estrutura básica do conhecimento e da elaboração de saberes?

Para responder essa indagação convém realizar um retrospecto histórico de desenvolvimento contextual brasileiro. Por conseguinte, evidencia-se que o desenvolvimento socioeconômico, político e humano do Brasil se deram de forma inadequada. Os homens bons da história nacional - os intelectuais e demais sujeitos da história - desejavam que predominasse na Colônia-Portuguesa um sistema educacional eficiente, porém, ao longo dos tempos a sociedade ficou distante do sonho, devido à conduta dos governantes. As instituições escolares e a família não caminhavam no mesmo ritmo, quando se tratava da formação do cidadão brasileiro.

A avaliação como procedimento pedagógico para se ter conhecimento da realidade educacional deve favorecer a compreensão do processo na vertente permanente para que se possa averiguar como vem se efetivando a aprendizagem, sua dinâmica e ação transformadora do contexto social, político, econômico e cultural do aluno para ser construída uma educação democrática e interativa, sendo o educador o responsável por todo o processo. Torna-se prudente, portanto, redimensionar a forma “tradicional”, de avaliação, com vistas a eliminar situações

equivocadas, e, por via de conseqüência, partir para novas estruturas de ensino, que está tão próxima de um padrão de eficiência, em estado latente, principalmente para os que estão no topo da pirâmide demográfica e educacional, com suas dificuldades (amarras e preconceitos) originárias de uma cultura opressora e ditatorial.

As demandas da educação para desenvolver o País no Século XXI são complexas. Para se obter resultado satisfatório no impacto provocado pelo advento da 'era do conhecimento' um cenário educacional necessita ser delineado com formas próprias e com mudanças rápidas (sociedade consciente). Por conseguinte, torna-se indispensável que haja um compromisso mutuo entre educadores e educandos, cuja finalidade visa alcançar os objetivos humanísticos e tecnológicos com uma consciência evolutiva e um trabalho eficaz.

Por enquanto, fica-se a observar o fato de que não se compreende a escola fora do contexto social e econômico em que está inserida. Sempre que se exige a mudança da escola, evidencia-se que a sociedade está em contradição, requerendo outro tipo de educação. Neste sentido, nenhuma reforma educacional é técnica e neutra, há sempre por trás das decisões grupos de políticos a engendrar o novo paradigma que possa privilegiar determinado tipo de conteúdo a ser ensinado ou um método para facilitar o processo educativo proposto. A escola não transmite conhecimentos intelectuais por meio de uma prática neutra, mas repassa valores morais, normas de conduta, além de diversas maneiras de pensar.

No momento, vive-se o centro desse debate multiforme. A tarefa do educador tem por finalidade repensar os rumos da escola sem otimismo ingênuo, porém sem pessimismo derrotista. O que, afinal, é possível fazer dentro dos limites da escola a partir de suas possibilidades? Convêm refletir, portanto, a importância da função da escola, sobretudo, como local privilegiado para a crítica do saber apropriado.

A escola como instituição educativa tem papel insubstituível como instância mediadora, ao estabelecer o vínculo entre as novas gerações e a cultura acumulada, sobretudo, à medida que a sociedade contemporânea tem se tornado cada vez mais complexa e geradora de múltiplos saberes. Logo, indaga-se: como abordar um

assunto tão relevante, quando a maioria da população não tem acesso à educação de qualidade e seus princípios não atendem as demandas do ensino?

Devido estas razões, ocorrem interpretações filosóficas realizadas pelos pensadores da educação, direcionadas para a teoria da complexidade de Morim (2010) e da abordagem voltada para as inteligências múltiplas, e em particular às proposições educativas que mexem com o lado emocional como: as relações inter e intrapessoais (GADNER, 1995) e da inteligência emocional (GOLDMAM, 2010).

Para a execução do novo “vir a ser” educativo nos vários setores da educação é inevitável a participação direta da sociedade. A conserva cultural e o comportamento social devem passar por rupturas, para que cada segmento sócio-educativo seja analisado para detectar os fragmentos inapropriados e inadequados. Em seguida, elabora-se o delineamento das práticas educativas, e, por conseguinte, desenvolve-se um novo pensamento, uma nova idéia de mudança que denote a forma apropriada ao educando aprender para que tenha um pensamento mais elaborado e um comportamento social que venham a se manifestar mediante o compromisso de mudar a realidade educacional e social tornando-a mais humanitária e justa.

Por outro lado, discute-se nas instituições de ensino o resgate do “homem sujeito”. O debate é feito por meio de projetos pedagógicos elaborados cujo objeto de reflexão tem como meta a integração entre a educação, saúde, cultura e tecnologia com vistas a proporcionar a juventude os meios favoráveis a sua formação humana e profissional.

Entende-se por inteligência interpessoal aquela que pode ser descrita como uma habilidade para entender e responder adequadamente a humores, temperamentos, motivações e desejos de outras pessoas. (GARDNER,1995). O estudo deste pressuposto é mais evidente e apreciado entre os profissionais que se dedicam a concepção de empreendedorismo - psicoterapeutas, professores, políticos e vendedores bem sucedidos. A inteligência interpessoal, inicialmente, se manifesta em crianças pequenas como a habilidade para distinguir pessoas, e posteriormente, como habilidade para perceber intenções e desejos de outras

peessoas e para reagir apropriadamente a partir dessa percepção. Crianças especialmente dotadas demonstram, muito cedo, uma habilidade para liderar outras crianças, uma vez que são extremamente sensíveis às necessidades e sentimentos de outros (ID IBID).

A inteligência intrapessoal correlaciona-se a inteligência interpessoal, isto é, a habilidade para ter acesso aos próprios sentimentos, sonhos e idéias, para discriminá-los e lançar mão deles na solução de problemas pessoais. É o reconhecimento de habilidades, necessidades, desejos e inteligências próprias, voltados para a capacidade de formular uma imagem precisa de si e a habilidade de usar essa imagem para funcionar de forma efetiva. Como esta inteligência é a mais pessoal de todas, só é observável através dos sistemas simbólicos das outras inteligências, ou seja, através de manifestações lingüísticas, musicais ou cinestésicas.

Verifica-se a incongruência entre os postulados expressos por Gardner, (1995), Morin (2000) e Goldmen (2010) e as finalidades, princípios e objetivos do sistema educacional brasileiro. Para esses autores, o significado e origens das palavras promovem a autenticidade para a pessoa viver e conviver prazerosamente na sociedade contemporânea. Constata-se, porém, no projeto pedagógico do sistema escolar que a preocupação com a linguagem, meta-linguagem é incipiente. Este fato leva o educando a ser conduzido pela insatisfação em face de uma compreensão errônea do seu verdadeiro papel neste contexto. Evidencia-se que os estudantes perderam referências não têm como se educar, devido à inexistência de objetivos que indicam o caminho do aprendizado, uma vez que, o próprio educando está sem diretrizes para apreender conhecimentos e se engajar no mundo científico, tecnológico e do trabalho.

Pode-se observar um grande distanciamento entre a esfera das ações educativas e a esfera do exercício pedagógico. A educação tem-se organizado na sociedade de modo distante das ações pedagógicas. A sociedade é muito complexa, com forte potencial educacional, porém, não se constitui, ainda, uma prioridade nos países em desenvolvimento.

Ante ao exposto, a finalidade desta pesquisa é conhecer mediante uma reflexão avaliativa da educação brasileira, os princípios exitosos e inadequados, com vistas a operacionalizar os seguintes objetivos:

- descrever a realidade educacional na perspectiva do terceiro milênio.
- reportar o entendimento relativo ao ato avaliativo executado no sistema educativo nacional e em sala de aula.
- demonstrar o papel da avaliação para a melhoria da qualidade do ensino
- explicar porque avaliar práticas educativas e o processo ensino-aprendizagem escolar.
- expor as abordagens de avaliação para a superação e não para o fracasso.

Para responder os objetivos realizou-se uma pesquisa bibliográfica em um acervo composto de livros, periódicos, internet e demais escritos sobre o tema. Para a realização do estudo adotou-se os seguintes procedimentos metodológicos:

- I fase preparatória- a) levantamento bibliográfico; b) seleção da bibliografia específica relacionada ao objeto de estudo;
- II fase de execução: leitura, elaboração de roteiros e esquemas, fichamentos, resumos, compilações, elaboração da versão preliminar do estudo, à luz de descrições, análises e reflexões ;
- III fase conclusiva: redação da versão final do estudo, sob a forma de monografia, revisão estilística considerando as recomendações da UFC/CETREDE e as normas da ABNT.

A monografia está dividida em cinco unidades de estudo. A primeira unidade apresenta um retrospecto histórico e teórico dos pressupostos da avaliação; a segunda resgata conceitos e concepções sobre o objeto de estudo. Uma narrativa sobre as políticas de avaliação no contexto brasileiro compõe a terceira unidade de estudo. A quarta unidade apresenta os programas oficiais de avaliação do ensino-aprendizagem. A quinta contempla considerações relativas à avaliação como superação e mediação do ensino-aprendizagem com vistas à melhoria da qualidade do saber e do conhecimento. O relato das conclusões da pesquisa escrita sob a forma de monografia está expresso na sexta unidade do estudo. Toda a

epistemologia do ato de fazer e refazer o estudo ocorreu sobre a supervisão da orientadora da monografia.

2 EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA DO TERCEIRO MILÊNIO

Ante o advento do terceiro milênio o mundo vem passando por mudanças e transformações diversas, desde aquelas consideradas como adequadas ao desenvolvimento científico e tecnológico até as avaliadas como destruidoras do universo e da humanidade. Por isso, o ser humano vive mudanças radicais no limiar do milênio, sendo a preocupação com a ética uma característica inerente a esse momento histórico.

Considerando que toda a ação humana, por sua vez, é vital à produção do conhecimento e à produção da realidade social, o homem está constantemente avaliando e julgando ações para saber se são boas ou más, certas ou erradas, justas ou injustas

A ética está relacionada à opção, ao desejo de realizar a vida, mantendo relações justas e saudáveis com os outros.

O encontro entre o tradicional e o progressista invade as diversas instituições sociais e trás movimentos transformadores. Por via de consequência, a educação é hoje uma prioridade revisitada no mundo inteiro. Diferentes países, de acordo com suas características históricas, promovem reformas em seus sistemas educacionais, com a finalidade de tornar a nação mais eficiente e equitativa ao preparo de uma nova cidadania, capaz de enfrentar a revolução tecnológica que está ocorrendo no processo produtivo e seus desdobramentos políticos, sociais e éticos.

Torna-se evidente que o conhecimento, a capacidade de processar e selecionar informações, a criatividade e a iniciativa constituem matérias-primas vitais para o desenvolvimento e a modernidade. Os países industrializados mais adiantados deslocam, assim, as prioridades de investimento em estrutura e equipamento pedagógicos para a formação de habilidades cognitivas e competências sociais da população. Esse deslocamento faz com que a educação escolar adquira centralidade nas pautas governamentais e na agenda dos debates que buscam caminhos para uma reestruturação competitiva da economia, com equidade social.

O velho se contrapondo ao novo. Este conflito saudável desencadeia para o avanço da moral. A dialética prescreve que a vida das pessoas não deve ser amorfa ou estática. O ideal é evitar o “congelamento”, pois, esta atitude transforma a moral em códigos impessoais, que vão perdendo a razão de ser, dado o caráter dinâmico das próprias relações humanas, interinstitucionais e universais.

Mello (1991) enfatiza que no Terceiro Mundo, sobretudo na América Latina, esse pressuposto possui os mesmos componentes, mas requer estratégias apropriadas às suas peculiaridades. Neste caso, torna-se imperativo que se promova uma transformação produtiva e uma inserção competitiva nos mercados mundiais, porém, sem dissociá-las da promoção da equidade.

Os projetos de desenvolvimento dos países latino-americanos precisam adequar-se as situações conjunturais caracterizadas por:

- políticas de ajuste econômico de curto prazo, que dificultam consensos em torno de objetivos de longo alcance, como são os da educação;
- instabilidade e fragilidade da tradição democrática, em função de longos períodos de governos autoritários, que prejudicará a articulação entre as instituições políticas e os atores sociais;
- crescimento desigual, que desencadeou a convivência sócio tecnológica entre os setores avançados tecnologicamente, com outros de mão-de-obra

intensiva e ainda carentes de integração dos grandes contingentes populacionais marginalizados da produção e do consumo;

- desigualdades na distribuição de renda e ineficiência; desigualdade na oferta de serviços educacionais. (ID IBID).

Diante deste cenário, a educação é convocada, prioritariamente, para expressar uma nova relação entre desenvolvimento e democracia, como um dos fatores que podem contribuir para associar o crescimento econômico à melhoria da qualidade de vida e à consolidação dos valores democráticos,

Educar para o exercício da cidadania, em sociedades que estão questionando a si em relação aos princípios morais e valores humanos, onde a escolha da integração e da solidariedade compete com a segmentação e o ceticismo. Esta razão é bastante diferente do que foi há quatro ou cinco décadas anteriores, ou seja, após a segunda metade dos anos 1900. Neste passado, apesar da existência de dois grandes sistemas políticos e econômicos - o capitalismo e o socialismo – na disputa pela hegemonia das relações internas da sociedade, que estavam reguladas, predominantemente, por um ou por outro sistema eram mais facilmente previsíveis os acontecimentos.

Martelli (1991) destacou em seus estudos que a utilidade e justiça, a eficiência e criatividade, autonomia e responsabilidade podem reconstituir a escola, que precisa de um processo democrático de modernização e mais audaz, mais importante e mais urgente do que qualquer reconversão industrial.

Afirmou, ainda, que numa época em que a complexidade dos saberes [...] pode se tornar difícil para a maioria das pessoas, assim como o acesso e a compreensão do que acontece na vida diária, poderá desencadear um pensar e um saber na geração de conhecimentos, mediante a dinâmica do recompor, das cisões ou abismos. Esta época, portanto, requer, o esforço fundamental de quem está ao lado da justiça social [...] princípio que impulsiona a promoção da conquista e da difusão das mais amplas, extensas e articuladas ofertas de informação, de instrução, de formação, de atualização cultural, artística, científica, técnica e profissional, em

síntese de educação no sentido amplo - educação não-formal e no sentido restrito – educação formal na instituição escolar. (ID IBID).

De Benedetti em entrevista (1991, p. 34) a Revista Veja afirmou que

[...] matéria-prima mais importante hoje é a inteligência, ou seja, a cultura, e, portanto, a escola. A segunda matéria-prima é o mercado. O país ideal é aquele que tem um sistema escolar avançado e uma dimensão de mercado grande.

A educação, por conseguinte, se constitui o processo mais adequado para desenvolver e estimular a inteligência, logo, deve ser considerada como prioridade para que o empreendedorismo humano se concretize em bases sólidas.

2.1 Conteúdo da escola: bom senso e desafio

A descrição da escola eficaz deve ser refletida com vista a caracterizá-la como um processo de constante desafio ao ser humano e as instituições educativas ou considerá-la uma questão de bom senso

Purkey e Smith (apud MELLO, 1991), em estudos com diferentes delineamentos, chegaram a um núcleo básico de características que devem entremear as escolas eficazes mediante os seguintes aspectos:

- presença de liderança;
- expectativas em relação ao rendimento do aluno;
- tipo de organização, atmosfera ou clima da escola;
- natureza dos objetivos de aprendizagem perseguidos;
- distribuição do tempo;
- tipo de acompanhamento e avaliação do aluno;
- estratégia de capacitação de professores;
- relacionamento e suporte técnico de instâncias da administração do ensino(distrito/região);
- apoio e participação dos pais.

Para cada um desses aspectos os resultados dos estudos revistos são surpreendentemente consistentes, considerada a sua diversidade em termos de abrangência de amostras, referencial teórico e metodologias adotadas.

Isto posto, indaga-se: como agir em um país que pratica uma política de governo que não satisfaz aos interesses do povo na estrutura básica do conhecimento educacional?

Na verdade, o desenvolvimento brasileiro, após o descobrimento do País, deu-se da forma absurda. Os homens bons da história brasileira, os intelectuais e os comprometidos com o saber desejaram que predominasse na Colônia Portuguesa um bom funcionamento educacional. Ao longo dos tempos, porém, a sociedade ficou mais distante do ideal educativo, devido à conduta de descaso dos governantes no que diz respeito à escolaridade. As Instituições educacionais, entre elas a família, não caminharam no mesmo ritmo, quando se tratava da formação do cidadão.

Para entender como se encontra a educação brasileira torna-se indispensável realizar uma avaliação das instituições educacionais, dos procedimentos didático-pedagógicos, do rendimento escolar e da qualidade do ensino.

A avaliação como procedimento de intervenção na realidade educacional deve ter a compreensão mediadora e prospectiva de modo permanente na aprendizagem do aluno, na dinâmica transformadora do contexto social, político, econômico e cultural do aluno para ser construída uma educação mais democrática e interativa, sendo o educador responsável pelo processo. (LIBÂNEO, 1991).

Deve-se esquecer a forma “tradicional”, da escolarização e partir para novas modalidades de ensino, que na verdade, sempre estiveram tão próximas, no estado latente, e principalmente para os que estão na base da pirâmide socioeducativa, devido às dificuldades (amarras e preconceitos) originária de uma cultura ditatorial.

2.2 Parâmetros de difusão dos conhecimentos mediante a informática e meios de comunicação de massa

A necessidade de ampliar e dar tratamento adequado aos conteúdos básicos coloca-se em função das características que a sociedade vem adquirindo em face da disseminação de tecnologia sofisticadas de comunicação e informação. A exposição a essas tecnologias, que atingem todos os grupos sociais, assim como a incorporação de seus efeitos à vida cotidiana, requerem a apropriação de conhecimentos que permitam às pessoas compreenderem e se beneficiarem das mudanças em processo.

Schwartzman (2006) analisa esta situação ao discutir o conceito de modernidade em educação ao afirmar que é a população como um todo, e não mais uma elite de iniciados, que precisa aprender os códigos instrumentais para a leitura de um mundo novo, em permanente mutação. O salto educacional do conjunto da sociedade irá, talvez, determinar as diferenças entre países, quanto à produtividade e competitividade.

Urge, porém, que se comece o estudo de um tema como esse com a pergunta: Qual seria a ética estabelecida nas instituições de ensino num período contemporâneo, com mudanças radicais acontecidas nos últimos tempos, mais especificamente no terceiro milênio.

A sociedade perde o domínio da situação quando permite que o avanço na área tecnológica dê um passo gigantesco caminhando com a própria identidade e esquecendo o homem que permanece estagnado, por um grande período de acomodação ou investindo em uma formação individual, numa sociedade capitalista onde a corrupção desenfreada captura de maneira sutil e brutal a essência das Instituições como a família e a escola.

Com a abertura dos mercados à sociedade se transformou numa porta larga para o descontentamento, desemprego, miséria e insatisfação social no mundo inteiro. Isso reflete na família gerando uma revolução social que afeta a base. A discussão de valores éticos com ênfase a uma profunda análise para o resgate dos princípios básicos e fundamentais se esboça para a reconstrução da cidadania com vistas a atingir o pódio do sucesso pessoal e a competitividade do mercado.

No Brasil, a proposta de inserção da ética no currículo ocorreu através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN) de nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e do posterior delineamento dos Parâmetros Curriculares Nacionais e Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) são referências de qualidade para o ensino fundamental e médio de todo o País. O objetivo dos PCNs é propiciar às crianças e aos jovens brasileiros, mesmo em locais com condições socioeconômicas desfavoráveis, o direito de usufruir do conjunto de conhecimentos reconhecidos como necessários para o exercício da cidadania. Os PCNs não possuem caráter de obrigatoriedade e são adaptados às peculiaridades locais. Os princípios norteadores traçam, uma inovadora e abrangente proposta de escolaridade para superar a atual crise da educação básica no Brasil. Logo, é inovadora porque visa instituir que se deve chamar de “escola-cidadã”, expressão de uma política educacional fortemente marcada pelo empenho de se criar novos laços entre ensino e a sociedade. Abrangente, também, porque apresenta idéias do que se deve ensinar e como se aprende mais e melhor. A própria comunidade escolar do País precisa ficar ciente de que os PCNs não expressam uma coleção de regras que pretendem ditar o que os professores devem ou não fazer. Delineiam, sim, uma referência consistente para a transformação de objetivos, conteúdo, didática do ensino e das práticas educativas.

Diante deste cenário, urge uma avaliação coerente da escola brasileira e das atuais condições de eficácia e eficiência da formação do educando. Precisa-se vivenciar a ética e discuti-la nas instituições responsáveis pela formação do cidadão brasileiro, ressaltando que a integração dos educandos e educadores advêm de pensamentos distintos que deverão ser trabalhados para não haver embates socioculturais e insatisfações generalizadas.

A representação ética, que surgiu com o avanço social para o desenvolvimento, induziu a sociedade a mudar a conduta e os comportamentos familiares uma vez que os pais saem para o mercado de trabalho a fim de garantir o sustento da família. Entretanto, essa atitude, permite que o lar fique na

responsabilidade dos jovens em formação, sem a orientação de um adulto, sobrecarregando as escolas nas atribuições, inerentes a educação familiar, instância básica para a formação educacional e social das novas gerações.

A tríplice jornada de trabalho dos cônjuges não permite a interação com os filhos da maneira devida. Esse comportamento contribui para a falta de comunicação direta com os pais em face das “ausências”. Logo, as pessoas estão sendo educadas muito mais pela escola e pelos meios de comunicação sem limites de censura, do que pela família. Ademais, pelos empregados domésticos sem princípios educativos e qualificação técnico-profissional básica. Enfim, as mudanças de comportamentos estão diretamente relacionadas às crises sociais que apresentam implicações no âmbito escolar e convivência social da criança.

Libâneo (1991) ressalta que a educação é um fenômeno social. Isso significa que é parte integrante das relações sociais, econômicas, políticas e culturais de uma determinada sociedade. Na sociedade brasileira atual, o cenário social se apresenta dividido em segmentos e grupos sociais com interesses distintos e antagônicos. Esses fatos repercutem na organização social, política e econômica e, por via de consequência nas práticas educativas nacionais. Assim, as finalidades e meios da educação subordinam-se à estrutura e dinâmica das relações entre as classes sociais, ou seja, são socialmente determinados pelas variáveis intrínsecas ao desenvolvimento do País.

A expressão a educação é socialmente determinada significa que a prática educativa e, deve expressar os objetivos, conteúdos do ensino e o trabalho docente estão determinados para fins e exigências sociais, políticas e ideológicas. Com efeito, as práticas educativas que ocorrem em várias instâncias da sociedade, assim como os acontecimentos da vida cotidiana, os fatos políticos e econômicos etc. são determinadas por valores, normas e particularidades da estrutura social a que está subordinada.

A estrutura e as formas sociais pelas quais a sociedade se organiza são decorrência do fato de que, desde o início da sua existência, os homens vivem em grupos; a sua vida está na dependência da vida de outros membros do grupo social, isto é, a história humana, que é composta da história de sua vida e a história da

sociedade as quais se desenvolvem e se formam na dinâmica das relações sociais. Este fato é fundamental para se compreender que a organização da sociedade, a existência dos segmentos sociais, o papel da educação estão implicados nas formas que as relações sociais vão assumindo pela ação prática concreta dos homens. (LIBÂNEO,1991).

Os conflitos gerados no sistema educacional brasileiro têm um histórico político social fadado de negligências sociais e interesses políticos que beneficiam grupos que têm a intenção de implantar uma realidade mentirosa nos dados estatísticos com vistas a eximir o governo de quaisquer denúncias do não cumprimento dos compromissos eleitoreiros.

Em face da ação contraditória entre o dizer e o fazer político, surgem conflitos gerados entre discentes e docentes em sala de aula devido às mudanças de comportamentos refletem diretamente no emocional das partes deixando fragmentos de toda comunidade educativa.

Para os profissionais da educação, que se sentem sem vez e sem voz no mundo escolar, a recíproca é verdadeira quando se diz que os professores e alunos são reféns do sistema social, mediante a ação dos administradores escolares e pais dos alunos, que exigem os direitos dos filhos a todo instante. Estas reivindicações fazem com que os docentes deixem de lado os princípios relevantes e básicos de educação tradicional para não contrariar aos interesses da família, enquanto que, as novas formas de intervenção não estão atendendo as demandas da sociedade e deixam muito a desejar.

A violência em sala de aula, acometidas pelos jovens e parte dos professores advém de todo um processo social e político inadequado “não planejado” que é incutido ao longo dos tempos com a acomodação dos líderes sociais e educacionais que sempre viram no processo educativo os interesses voltados simplesmente para uma ascensão política.

Nesta óptica, os professores são profissionais considerados mais importantes do que os psiquiatras e os juízes, uma vez que, lavram os solos da inteligência dos

alunos para que não adoeçam e não sejam tratados pelos psiquiatras, para não cometerem crimes e não sejam julgados pelos juízes (CURY, 2003).

2.3 Gestão administrativa no contexto educacional do Terceiro Milênio

No meio de uma sociedade corrompida e desnordeada existem pessoas chamadas anjos de resgate; essas estão sempre na luta do reconhecimento e da transformação do comportamento social e em busca da sustentabilidade educacional advinda de projetos elaborados para uma nova construção do saber. Saber que deve propiciar uma consciência futurista de modo que permita ao homem a dignidade, a educação e a cidadania em toda complexibilidade.

Existe um paradoxo na gestão educacional devido à disparidade social existente nas relações dos segmentos sociais dominantes. A educação privada está em berço esplêndido, elaborado e construído em cima de conchavos e descasos das autoridades em detrimento aos interesses educacionais e públicos. Na pirâmide social não se detecta mais uma conjuntura em que os pontos básicos do equilíbrio que são necessários para a construção de uma organização social justa e promissora. A cada dia o mercado da cultura privada toma o espaço social oferecendo mais possibilidades para uma considerada boa educação, enquanto o setor público incrementa projetos escolares lentamente, logo não contrapõe o potencial da rede privada. A corrupção é um dos fatores causadores de uma gestão escolar inadequada.

O cidadão conformado não empreende esforços pelo que ama por medo da rejeição. Não expande seu espaço social, suas expectativas e interesses por medo da crítica. Prefere ser vítima a ser agente modificador da sua história. Prefere ser amante da insegurança, a parceiro do entusiasmo (CURY, 2008).

Cury (2008) afirma que os professores são os profissionais mais importantes da sociedade e esta assertiva se constitui uma verdade incontestável.

Apesar de trabalharem tão ou mais dignos que os demais profissionais das ciências sociais e humanas, os professores não são reconhecidos dignamente na sociedade. O desprestígio dos professores é um fenômeno que se observa nos

países ricos, emergentes e pobres. A sociedade moderna tem uma dívida impagável com os mestres e mestras. Apesar de serem profissionais nobilíssimos, os professores estão inseridos em um sistema educacional desorganizado.

Muitos profissionais da educação querem mudar o sistema, mas não têm meios ou autonomia para promoverem mudanças. O sistema impõe um monólogo em sala de aula, um conteúdo programático extenso e fechado e um regime rígido de provas. Cury (2008) afirma, ainda, que mais de 95% das informações que são transmitidas aos alunos não são lembradas ou utilizadas.

A pauta educacional não deveria ser a quantidade de informações, o detalhismo de dados, mas o raciocínio esquemático, o debate de idéias, o gerenciamento da psique. A sala de aula deveria ser o espaço onde professores e alunos seriam os construtores do conhecimento.

Por que não se incentiva as crianças e adolescentes a debater? Porque há o preconceito de que os escolares tumultuam o ambiente e suas respostas são erradas ou superficiais? Estas proposições não se concretizam porque se acha que os alunos precisam ter conhecimentos e diversas informações, para depois aprenderem a se expressar. Estas atitudes produzem zonas de conflitos que bloqueiam os códigos da inteligência para que os educandos falem, respeitem seus pares, não sejam alienados, tenham compromissos com a sociedade e com o futuro. Apesar das excelentes intenções, cometem-se erros educacionais imperdoáveis. (ID. IBID).

Não se entende como se processa o funcionamento da mente e como preparar o “eu” como gestor do intelecto e para que se possam decifrar os códigos comunicacionais. Os primeiros estágios do processo de formação dos educandos não é a grandeza das respostas, mas a grandeza do debate. Só posteriormente é que a grandeza da resposta terá relevância e ganhará os contornos da sabedoria.

Constata-se que a juventude tem sido treinada sistematicamente para decifrar o código da passividade. A educação que faz da memória um depósito de informações é prejudicial à formação da personalidade, gera doenças e não a saúde psíquica. Tem muito mais chances de gerar mentes desestruturadas do que altruístas.

Se o aluno não questiona o professor, os conhecimentos que lhes são transmitidos não se sabem como se originaram e como foram produzidos, logo, o estudante terá grandes chances de se tornar um mero repetidor de idéias sem discutir sobre esses elementos, então, não saberá transformar informações em conhecimento, conhecimento em experiência e experiência em sabedoria. (ID IBID).

A escola deve incentivar empreendedorismo e não a submissão, a inquietação e não o conformismo, a participação e não a quietude, a construção e não a servidão. A gênese da formação de pensadores começa na pré-escola e no ensino fundamental. Lá se promove ou se aliena os futuros pensadores. A universidade visa redimensionar as situações elencadas.

Uma pessoa que expressa com segurança suas idéias é considerada madura, mas quem a defende obsessivamente é imatura. Seus inumeráveis argumentos revelam sua insegurança. Só uma pessoa verdadeiramente madura reconhece suas fragilidades e assume seus erros (CURY, 2008).

Cury (2008, p. 135) ressalta que é imprescindível que as pessoas sejam:

- 1 instigadas a expressar seus pensamentos;
- 2 provocadas a questionar os conhecimentos transmitidos;
- 3 estimulados a indagar o processo de produção do conhecimento;
- 4 conhecedores da história do produtor de conhecimento, suas batalhas, dificuldades exploratórias, golpes de ousadias, fragilidades, preconceitos enfrentados, desafios vivenciados;
- 5 seres que têm intimidade com a arte da dúvida;
- 6 aprendedores de como expor e não impor idéias;
- 7 indivíduos que jamais consideraram seus paradigmas, conceitos, opiniões, idéias, como verdades absolutas;
- 8 capazes de propiciar o direito para que os outros confrontem idéias;
- 9 adequados e não tenham a necessidade neurótica de estar sempre certo, pois admitem que a unanimidade de pensamentos é um equívoco. A sabedoria está em respeitar as diferenças;
- 10 capazes de trabalhar em equipe estimulando os participantes a expressarem idéias. No ambiente do debate, trocar conhecimentos, cruzar experiências, procurar caminhos, construir metas.

Estes pressupostos ao serem cultivados no ambiente escolar forneceram subsídios para que a formação humana e acadêmica dos jovens sejam justas e comprometidas com o próximo e o bem comum. A mente pensa, a emoção dá crédito e o *eu ingênuo* padece por não saber filtrá-las. A vida torna-se, assim, uma fonte de inseguranças e inadequações sociais. (CURY, 2008).

2.4 Educação familiar e a escola

Como mudar a realidade social e educacional na qual existem pais que não têm compromisso com os filhos?

Há pais que recusam que os filhos discutam suas ordens, questionem conceitos, debatam pontos de vista e moralidade. Não admitem que a autoridade seja desafiada. Em geral, esses pais estão aptos a lidar com números e máquinas, mas pouco com seres humanos.

Pais que reconhecem erros em si ensinarão aos filhos a reconhecerem os seus. Os genitores que têm a necessidade de estar sempre certos bloqueiam o raciocínio, a argúcia, o humanismo e a segurança dos filhos. Por via de conseqüência educam os filhos autoritários ou, ao contrário, frágeis.

Estes fatos contribuem para que os jovens sejam agressivos, rígidos e falarem impondo idéias. Por isso, têm péssima capacidade de negociação. De um modo geral, não têm flexibilidade para conseguir algo. Têm pouca experiência para conseguir um objetivo. Raramente se colocam no lugar dos outros e nem respeitam o que os outros pensam e sentem. Consideram-se pequenos deuses querendo que as pessoas gravitem em torno de si.

Em contrapartida, existem, também, jovens que são monossilábicos, tímidos, inseguros. Dão respostas curtíssimas: “sim”, “não”, “ta”, “é”. Apresentam evolução lenta do pensamento e o raciocínio flui pouco. Conseqüentemente, têm baixa auto-estima e autoconfiança. (OP.CIT, p.158).

Constata-se que se os pais que debatem idéias com os filhos, os estimulam a se colocar no lugar dos outros e a pensar antes de reagir, preparam-nos para serem atores sociais e não espectadores passivos.

Estes procedimentos pedagógicos desenharão a imagem da personalidade dos pais na matriz de identidade dos filhos. A relação pai-filho será saudável. Quando for necessário colocar limites, ainda que os filhos não gostem desses limites, jamais deixarão de gostar dos pais. (OP. CIT, p.111).

Cury (2008) ressalta, ainda, que existem conseqüências saudáveis para quem decifra o código do debate de idéias, as quais fazem com que o educando possa tornar-se:

- 1 seguro, determinado, resoluto, decidido;
- 2 participativo, interativo, maleável, coerente;
- 3 flexível, bom negociador, tem mais possibilidade de ter metas claras;
- 4 formador das próprias decisões e opiniões definidas. (OP.CIT, p. 158)

Há, porém, os jovens que apresentam conseqüências inadequadas porque não sabem decifram códigos. Entre eles, têm ações que demonstram que o jovem é:

- a) inseguro, tímido, frágil;
- b) frágil em raciocínio, não deixando o raciocínio fluir. Contraindo o imaginário;
- c) instável, mutável, inconstante, tem humor flutuante;
- d) excessivamente influenciável e preocupado com a opinião dos outros, e
- e) submisso a paz e a liberdade, por isso, estabelece a sua maneira de ser e agir às circunstâncias fortuitas. (OP. CIT. p. 159).

Embora se tenha consciência da importância destas ações para a formação da personalidade do conhecimento e dos saberes do ser humano, constata-se que estas variáveis têm sido negligenciadas nos projetos pedagógicos das instituições escolares brasileiras.

2.5 Educação mediada pelo *Terceiro Setor*

O *Terceiro Setor* da economia caracteriza-se como um conjunto de organizações constituídas por agentes privados, com finalidade de produzir bens e

serviços destinados à coletividade, sem fins lucrativos. Este setor é um dos pilares da sociedade moderna, uma vez que o Estado tem sido ineficaz, dada a ampliação das demandas sociais e a escassez de recursos, com vistas a criar condições de provimento dos serviços públicos para a população. (FERREIRA; LOPES, 2006).

Em função disso, estas organizações agem como transformadores sociais, lutando para melhores condições e defesas do direito da sociedade. Embora o Terceiro Setor tenha apresentado um enorme crescimento desde meados da década de 1990, as instituições dessa área, ainda, vivenciam a necessidade de recursos financeiros para a manutenção e o financiamento de seus projetos. A ausência de recursos leva as Instituições a passar por um processo de descontinuidade das atividades, desencadeando, assim, o não compromisso assumido com as comunidades que irão se beneficiar.

O *Terceiro Setor*, porém, ganha força neste momento histórico porque buscam solucionar os mais variados problemas sociais e contribuir diretamente para a gestão pública de qualidade, em diversos segmentos sociais e empresariais. Ainda falta, entretanto, reconhecimento público, apoio, parcerias e garantia dos recursos necessários à sobrevivência das organizações vinculadas ao Terceiro Setor da Economia brasileira.

Dentre as instituições que visam incrementar o desenvolvimento da educação brasileira alicerçadas na vertente Terceiro Setor destaca-se a TV Digital.

2.6 Visibilidade do setor educacional mediada pela TV Digital

TV Digital Interativa é um meio de disseminação de informação dirigida à educação e que apresenta elementos da Televisão, da internet, do rádio e do vídeo, modificando os hábitos de consumo e de atitude do usuário, proporcionando novas formas de relacionamento com a televisão, as mídias digitais e a nova condição da interatividade. (BECKER; MONTEZ, 2005).

Fala-se do tema TV Digital Interativa de modo bastante relevante, porém poucos textos tratam do assunto interatividade e a relação do consumidor e usuário

final com esta nova mídia. Pressupõe-se que o País está aguardando a fase da definição do padrão para se posicionar e começar a entender o que poderá ser feito pela educação brasileira.

Uma explicação sobre TV Interativa torna-se oportuna para se entender o que são TV Interativa, os canais virtuais e o *enhanced TV*.

Os canais virtuais estão mais diretamente relacionados a serviços oferecidos ao usuário, como "*home banking*", canal do tempo, guia eletrônico de programação, compras, votação, perguntas e respostas. O *enhanced TV* está mais relacionado com a programação existente (que pode ser perfeitamente aproveitada), agregando-se elementos informacionais que permitem, também, uma interatividade, ou seja, uma intervenção do telespectador no conteúdo exibido. (ID, IBID).

Por exemplo: se você está assistindo um documentário e quer saber mais informações sobre o tema, ou programas relacionados, sites na internet, livros, responder perguntas, mandar uma pergunta para o *expert* da emissora, uma mensagem para algum usuário que está assistindo ao programa, será possível com o simples manejo de um controle remoto semelhante ao utilizado pelas pessoas, mas com quatro botões coloridos que indicados na tela, designam a que se referem quando o usuário aperta aquele simples comando. (WAISMAN, 2010, p. 2).

Empreendimentos voltados para a TV Digital Interativa no Brasil são um grande desafio para pesquisadores, técnicos e empresários. Os recursos envolvidos numa iniciativa de caráter televisivo via iTV são maiores que os despendidos quando se produz conteúdo para internet. Mesmo assim, a justificativa dessa proposta faz-se clara quando se percebe que o mundo está caminhando rapidamente para este tipo de iniciativa, especialmente, no setor educacional, apesar das tímidas experiências que se têm notícia.

Um excelente *benchmarking* pode ser feito com a *World Gate* e o *Wish TV*, ou seja, mediante um projeto em andamento que envolve escolas, residências, pais, professores e alunos conectados via cabo, utilizando os recursos educativos da TV Digital e da internet banda larga. A pouca participação dos pais no processo

educativo dos filhos, no que diz respeito à vida escolar, ou seja, tempo vivido nas escolas, é um fator crítico que assola várias comunidades no mundo. Para resolver esta questão crucial e diminuir o gap entre pais e filhos, escolas e pais e mesmo o fosso digital que existe no contexto escolar foi criado, o programa *The WorldGate Internet School to Home (WISH TV)* desenvolvido nos EUA que utiliza-se da tecnologia disponível de TV digital via cabo e, por via de consequência, o acesso à internet. O *WISH TV* provê acesso à Internet para estudantes e professores na escola e nas residências, através do sistema a cabo e *set top boxes* instalados. Esta iniciativa resolveu o problema relativo ao custo das chamadas telefônicas e dos provedores de acesso, além da velocidade de navegação e potencialidade para *uploads* e *downloads* mais velozes. Este tipo de iniciativa provou ser uma solução prática, uma vez que beneficia a todos que estejam conectados por cabo e possuam um *key board* ou teclado. (WAISMAN, 2010, p. 4).

2.7 Laboratório de pesquisa para a iTV

O laboratório de pesquisa para o desenvolvimento de estudos sobre Televisão interativa (iTV) apresenta três focos principais:

- 1) **iTV educação**: dedicado às produções televisivas educacionais em *enhanced* (rapidez) TV;
- 2) **multimeios aprendizagem**: delineiam projetos localizados que farão uso conjunto da TV Digital, Internet, Satélite/PC para atender às escolas e empresas;
- 3) **escola kids**: dedica-se à produção de conteúdos lúdico-interativos educacionais veiculados por TV Digital.

Evidencia-se, portanto, que a TV interativa e o ciberespaço são realidade que se desenvolvem mutuamente. Por conseguinte, torna-se necessário preparar o País para essa mudança, principalmente no segmento educação, com vista a entender processos e criar metodologias. No mundo globalizado, não se pode viver distanciado do desenvolvimento ou depender de outrem. O Brasil deve se adentrar cada vez mais neste cenário mundial.

Convém delinear uma indagação para que seja refletida: a forma de educar no Brasil é satisfatória, ou simplesmente condicionam pessoas inteligentes a se fazerem deficientes visuais para não enxergarem horizontes que os levem às novas conquistas e fazerem cumprir essas vertentes?

3 REALIDADE EDUCACIONAL MEDIANTE A AVALIAÇÃO

A avaliação como procedimento de intervenção na realidade educacional é de fundamental importância pelo advento das mudanças sociais que proporcionam diretamente à sociedade e nas escolas a necessidade de um caminhar com uma visão de construção de um novo conhecimento, como também, definir as funções de cada sujeito para que o instrumento de intervenção seja aplicado de forma justa e competente.

3.1 Avaliação na prática escolar

Para se compreender adequadamente a concepção de avaliação que tem por finalidade promover a melhoria de um sistema, em especial, é proveitoso refletir as diferentes vertentes que a compõem, entre elas, a vertente do (a):

- querer avaliar;
- saber avaliar e,
- forma de avaliar.

A polêmica faz-se presente no momento em que as vertentes avaliativas são pouco consideradas pelos gestores escolares. Em um país que têm uma população

que carece de educação devido ao descompromisso dos políticos, objetiva-se desvelar os fatos que as envolve mediante as questões norteadoras a seguir.

- Como a avaliação é conceituada e estudada pelos educadores?
- Como é entendido o ato avaliativo executado no sistema educativo e em sala de aula?
- Qual o papel da avaliação na melhoria da qualidade do ensino?
- Por que avaliar as práticas educativas e o processo ensino aprendizagem?
- Quais as abordagens de avaliação que pressupõem superação e não fracasso?

3.2 Como avaliar num contexto delimitado

Avaliar um sistema educacional que está diretamente ligado aos fatores sócio-culturais e políticos, tem-se como ponto de partida a perspectiva da necessidade de conquistas e reconstituição de valores esquecidos e que poderão contribuir para o redesenho administrativo e cultural da era contemporânea da educação brasileira.

A avaliação escolar é parte integrante do processo de ensino e aprendizagem, e não uma etapa isolada. Há uma exigência de que estejam vinculados aos objetivos-conteúdos-métodos expressos no plano de ensino que serão desenvolvidos no decorrer do ano letivo durante as aulas. Os objetivos explicitam conhecimentos, habilidades e atitudes, cuja compreensão, assimilação e aplicação são apropriadas, por meio de métodos adequados, e se manifestam em resultados obtidos nos exercícios, provas, conversação didática, trabalho independente etc.

A avaliação deve ajudar todas as crianças a crescerem: os ativos e os apáticos, os espertos e os lentos, os interessados e os desinteressados. Os alunos não são iguais, quer em nível sócio-econômico, quer nas características individuais. A avaliação deve possibilitar o conhecimento de cada um e a posição do aluno em relação à classe para se estabelecer uma base para as atividades de ensino e aprendizagem.

A avaliação deve ter caráter objetivo, capaz de comprovar os conhecimentos assimilados pelos alunos, de acordo com os objetivos e os conteúdos trabalhados. Isso não significa excluir a subjetividade do professor e dos alunos, que está sempre presente na relação pedagógica. A subjetividade, porém, não pode comprometer as exigências objetivas – sociais e didáticas – inerentes ao processo de ensino. Para garantir a exigência de objetividade, aplicam-se instrumento e técnicas diversificadas de avaliação. (DEMO, 1999).

A avaliação é, também, um termômetro dos esforços do professor. Ao analisar os resultados dos rendimentos escolares dos alunos, o mestre obtém informações sobre o desenvolvimento do seu trabalho. A avaliação é um ato pedagógico. É uma reflexão sobre a qualidade do trabalho escolar tanto do professor como dos alunos. Os dados coletados no decurso do processo de ensino, quantitativos ou qualitativos, são interpretados em relação ao padrão de desempenho e expressos em juízos de valor (muito bom, satisfatório etc.) acerca do aproveitamento escolar. (ID IBID).

A avaliação é uma tarefa complexa que não se resume à realização de provas e atribuições de notas. A mensuração apenas proporciona dados que devem ser submetidos a uma apreciação qualitativa. A avaliação, assim, cumpre funções pedagógico-didáticas, de diagnóstico e de controle em relação às quais se recorre a instrumentos de verificação do rendimento escolar.

Segundo Vianna (2000), a avaliação é uma apreciação qualitativa sobre dados relevantes do processo de ensino e aprendizagem que auxilia o professor a tomar decisões sobre seu trabalho.

A avaliação é uma tarefa didática e permanente do trabalho docente, que deve acompanhar o processo ensino-aprendizagem. Através do ato avaliativo, os resultados que vão sendo obtidos no decorrer do trabalho conjunto dos professores e alunos são comparados com os objetivos propostos, a fim de constatar progressos, dificuldades, e reorientar o trabalho do professor e dos educandos, a fim de realizar as correções necessárias, portanto, a avaliação ajuda a tornar mais claro os objetivos que se quer alcançar. (LIBÂNEO, 1991, p. 200).

III.3 **Avaliação na abordagem tradicional do ensino**

Avaliar significa realizar provas, atribuir notas e seguir critérios avaliativos prescritos na estrutura curricular?

É inviável avaliar sem dispor de escala de contraste, ou seja, de parâmetros avaliativos. Não se pode dizer que algo está acima ou abaixo, está melhor ou pior, está para mais ou para menos, sem que se tenha uma escala que permita posicionar o objeto. Como regra, o posicionamento é mais facilmente observável quando quantificado. Este fato evidencia a questão da nota. Será possível escalonar fenômeno tão profundamente qualitativo como a aprendizagem? Escalonar o desempenho cognitivo seria desde logo deturpá-lo, em vez de mensurá-lo? Alguns, para evitar o escalonamento quantitativo, alguns professores propõem conceitos, em vez de notas, não faltando quem apele para a idéia de que, no máximo, seria o caso fazer comentários apenas gerais sobre o desempenho dos alunos (SILVA, 1992).

Entretanto, observa-se que entre a nota e conceito não existe qualquer diferença, porque ambos se referem a uma escala. Atribuir “excelente” a um trabalho ou a nota 10, é utilizar o mesmo juízo de valor. Percebe-se melhor este fato, quando se torna necessário fazer médias, uma vez que equipara conceitos com notas. No caso de se preferir, apenas, anotações ao longo da atividade escolar, ou simples comentários, também a situação não muda, porque não desaparece a escala, apenas não é acentuada, perdendo, entretanto, seu poder de diagnóstico e transparência. Dizer, por exemplo, que certo aluno não aprende adequadamente, significa que, dentro da escala de expectativa curricular, desempenho do aluno não é satisfatório. Esse diagnóstico se torna mais ostensivo e claro, quando se diz que o aluno recebe a nota dois. Parece visível que o caráter (in) satisfatório do desempenho na aprendizagem se torna mais concreto com a nota, ainda que uma nota não possa representar a riqueza e a complexidade qualitativa. (LIBÂNEO, 2005).

Portanto, a avaliação como mensuração não deve assim concebida, uma vez que mensurar expressa somente o atributo, enquanto a avaliação requer que se analise se os critérios estabelecidos para a efetivação da aprendizagem foram

operacionalizados adequadamente. A avaliação compreendida deste modo cumpre as funções diagnósticas e formativas.

3.4 Avaliação na óptica pedagógica do Terceiro Milênio

Na visão pedagógica do terceiro milênio quando analisada cientificamente, verifica-se que é concebida como experiências vividas, quanto ao desenvolvimento motor, cognitivo, afetivo e social das aprendizagens do educando. O educador favorece ao aluno a participação direta e interativamente da ação educativa, para que possa construir seu universo de saberes.

A avaliação não se restringe apenas a atribuir notas, uma vez que permite ao educando transformar o universo de conhecimentos e saberes numa nova feição. Por conseguinte, a avaliação é uma tarefa didática necessária e permanente no trabalho docente, que deve acompanhar o processo ensino e aprendizagem. Os resultados que vão sendo obtidos no decorrer do trabalho conjunto do professor com os alunos são comparados com os objetivos propostos, a fim de constatar os progressos, dificuldades, e reorientar o trabalho para as correções necessárias. Por consequência, a avaliação é uma reflexão sobre a qualidade do trabalho escolar do professor e dos alunos. Os dados quantitativos ou qualitativos coletados no decurso do processo de ensino são interpretados em relação a um padrão de desempenho e expressos em juízos de valor como muito bom, bom, satisfatório etc., acerca do aproveitamento escolar.

A avaliação é uma tarefa complexa que não se resume à realização de provas e atribuição de notas. A mensuração apenas proporciona dados que devem ser submetidos a uma apreciação qualitativa das funções pedagógico-didáticas, diagnóstico e de controle em relação às quais se recorre a instrumentos de verificação do rendimento escolar. (LIBÂNEO, 1991. p. 195).

O ato de ensinar e aprender consiste na realização de mudanças e aquisições de comportamentos motores, cognitivos e sociais. O ato de avaliar consiste em verificar se os objetivos estão sendo atingidos. Para que os objetivos sejam

atingidos, é necessário que haja a avaliação integrada, ou seja, a participação da família para que às propostas dos docentes não sejam vistas como uma tentativa de mudança, para desprender o homem de formas moldadas que foram impostas ao seu universo de conhecimentos e saberes.

Com a globalização a escola tradicional ficou desatualizada, ou seja, está sendo obrigada a se manter com um padrão de conhecimento tecnológico, científico e social com parâmetros mundiais para que os integrantes façam parte da era tecnológica sem desnivelamento. Contudo, a avaliação é considerada como mediadora do educando, por meio de treinamentos técnicos do professor que venham a favorecer uma educação direcionada a competição no mercado.

3.5 Entendimento do ato de avaliar

No ato de avaliar encontra-se o processo educacional que está delimitado aos fatores sócio-culturais e políticos que definem a realidade e ao mesmo tempo busca meios para um ponto de partida às novas conquistas e reconstrução de valores esquecidos, e, por via de consequência num futuro próximo se contribua para redesenhar a avaliação com uma visão mais adequada a realidade social do limiar do terceiro milênio.

O avaliar deve ser compreendido como um processo válido para o aluno, pois representa uma das etapas de aprendizagem, não o seu centro. Despojada do terror que a mistifica, não afere apenas os aspectos intelectuais, mas também as atitudes e a aquisição de habilidades. Os sistemas de prêmios são condenados e a competição substituída pela cooperação e pela solidariedade.

As características mais importantes da avaliação escolar são percebidas como:

- auxílio de procedimentos que refletem a unidade entre objetivos-conteúdos-métodos. Nestas circunstâncias, avaliação escolar é parte integrante do processo de ensino e aprendizagem, uma vez que não se constitui de uma etapa isolada. Há uma exigência de que estejam vinculadas aos objetivos-conteúdos-métodos

expressos no projeto de ensino desenvolvidos no decorrer do ano letivo, durante as aulas. Os objetivos explicitam conhecimentos, habilidades e atitudes, cuja compreensão, assimilação e aplicação, mediadas por métodos adequados, devem manifestar-se em resultados captados nos exercícios, provas, conversação didática, trabalho independente, etc.

- possibilidade de revisão do projeto de ensino – o levantamento das condições prévias dos alunos para iniciar nova matéria, os indicadores de progresso ou deficiências detectados na assimilação de conhecimentos, as verificações parciais e finais são elementos que possibilitam a revisão do projeto de ensino e o encaminhamento do trabalho docente para a direção correta, não apenas nas aulas, mas nos contatos informais na classe e no recreio. O professor vai conhecendo dados sobre o desempenho e aproveitamento escolar e o crescimento dos alunos. Por tanto, a avaliação ajuda a tornar mais claros os objetivos que se quer atingir.
- ajuda para desenvolver capacidades e habilidades – as atividades avaliativas concorrem para o desenvolvimento intelectual, social e moral dos alunos, e visam diagnosticar como a escola e o professor estão contribuindo para sua efetivação. O objetivo do processo de ensino e da educação é que as crianças desenvolvam capacidades físicas e intelectuais, o pensamento independente e criativo, tendo em vista as tarefas teóricas e práticas, de modo que se preparem positivamente para a vida social.
- ação voltada para a atividade dos alunos – a avaliação do rendimento escolar deve centrar-se no entendimento de que as capacidades se expressam nas do aluno em situações didáticas. Por essa razão, é insuficiente restringir as verificações, a medidas por meio de provas no final de bimestres.
- ação objetiva – a avaliação deve ter caráter objetivo, capaz de comprovar os conhecimentos assimilados pelos alunos, de acordo com os objetivos e os conteúdos trabalhados. Isso não significa excluir a subjetividade do professor e dos alunos, que estão presentes na relação pedagógica; mas a subjetividade não pode comprometer as exigências objetivas – sociais e didáticas – inerentes ao processo

de ensino. Para garantir a exigência de objetividade, aplicam-se instrumentos e técnicas diversificadas de verificação de conhecimento para em seguida realizar a avaliação.

- ajuda na autopercepção do professor – a avaliação é, também, um termômetro dos esforços empreendidos pelo professor. Ao analisar os resultados do rendimento escolar dos alunos, o docente obtém informações sobre o desenvolvimento do seu trabalho. O professor, então, pode perguntar-se: - *meus objetivos estão suficientemente claros? - Os conteúdos estão acessíveis, significativos e bem dosados? - Os métodos e os recursos auxiliares de ensino estão adequados? - Estou conseguindo comunicar-me adequadamente com todos os alunos, dando a necessária atenção àqueles com mais dificuldades ou, então, a necessária atenção aos alunos com mais aprendizagem? Dou preferência aos bem-sucedidos, aos mais dóceis e obedientes? Ajudo aos alunos a ampliarem suas aspirações, a terem perspectivas de futuro, a valorizarem o estudo?*
- reflexo dos valores e expectativas do professor em relação aos alunos – os conhecimentos, as habilidades, as atitudes e os hábitos, bem como a maneira de ser professor, indicam as crenças e propósitos em relação ao papel social e profissional diante dos alunos. Se o professor demonstra desatenção à criança carente ou mal-sucedida, esse fato pode estar indicando uma discriminação social. Se o professor não se empenha na organização dos alunos nos hábitos de higiene, no relacionamento entre as crianças, indica que não valoriza esses aspectos da educação sócio-afetiva. Atitudes de favoritismo por certos alunos, de preconceito social, de ironia em relação ao modo dos alunos de expressarem etc. são comportamentos antidemocráticos, portanto, deseducativos.

Se essas características forem consideradas é possível afirmar que a avaliação seguirá aos princípios inerentes aos procedimentos científicos.

3.6 Demanda por avaliação: autonomia, responsabilidade e participação

A autonomia docente e da escola implica na responsabilidade de prestar contas dos resultados apresentados na avaliação. Na avaliação institucional há dois modos de prestação de contas igualmente importantes:

- 1) o primeiro diz respeito aos resultados obtidos em aferições da aprendizagem dos alunos, feitas externamente à escola, em abrangência nacional e/ou regional. Essa constitui uma das formas de verificar se o projeto de trabalho da escola está adequado, se a instituição está conseguindo equacionar os recursos financeiros e humanos de forma a aproveitá-los ao máximo para criar oportunidades de aprendizagem, superar as barreiras do fracasso escolar, diminuindo a repetência e a evasão e mantendo um padrão básico de aprendizagem dos conteúdos prioritários.
- 2) o segundo modo, refere-se ao processo de avaliação da própria escola, que pode até tomar como ponto de partida os resultados da avaliação externa, mas não se limita a esta última. Os estabelecimentos de ensino devem periodicamente fazer um balanço do quanto e como estão sendo cumpridos os objetivos que os *parâmetros curriculares nacionais* estabelecem como prioritários, tanto na aprendizagem como na melhoria da organização interna da escola, que pode ir desde as questões relativas às instalações físicas, até a forma de tratamento metodológico dos conteúdos.
- 3) a auto-avaliação se constitui um processo de aprendizagem coletiva na escola, e enseja mudanças na própria cultura da organização. A auto-avaliação é um tema que vem recebendo atenção em outros países como mostram os trabalhos de Hadji (2005).

No Brasil existem estudos a este respeito, como os registros e avaliações de experiências que são realizadas por iniciativas das escolas públicas e privadas e pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, mediados pela *Prova*

Brasil, Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, entre outros procedimentos da mesma categoria de análise.

Diante destes pressupostos a avaliação institucional escolar cumpre, pelo menos, três funções: a pedagógico-didática, a diagnóstica e de controle.

- 1) A função pedagógico-didática se refere ao papel da avaliação no cumprimento dos objetivos gerais e específicos da educação escolar. Ao se verificar sistematicamente os resultados do processo de ensino, evidencia-se ou não o atendimento das finalidades sociais do ensino, e de preparação para que os alunos enfrentem as exigências da sociedade, com vistas a inseri-los na dinâmica global de transformação social, além de propiciar meios culturais de participação ativa nas diversos setores da vida social. Ao mesmo tempo, favorece, ainda, uma atitude mais responsável do aluno em relação ao estudo assumindo-o como um dever social. A avaliação ao cumprir a função didática contribui para a assimilação e fixação dos conteúdos das aprendizagens, uma vez que a correção dos erros cometidos possibilita o aprimoramento, a ampliação e o aprofundamento de conhecimentos e habilidades e, por consequência, o desenvolvimento das capacidades cognoscitivas.
- 2) A função diagnóstica da avaliação permite identificar progressos e dificuldades dos alunos e da atuação do professor que, por sua vez, determinam as modificações dos procedimentos de ensino para melhor cumprir as exigências dos objetivos. Na prática escolar cotidiana, a função diagnóstica é mais importante porque possibilita a verificação do cumprimento da função pedagógico-didática e dá sentido pedagógico à função de controle. A avaliação diagnóstica ocorre no início, durante e no final do desenvolvimento das aulas ou unidades didáticas. No início, verificam-se as condições prévias dos alunos de modo a prepará-los para o estudo da matéria nova. Esta etapa é de sondagem de conhecimentos e de experiências já disponíveis bem como de provimento dos pré-requisitos para a seqüência da unidade

didática. Durante os procedimentos da transmissão e assimilação do conhecimento são realizados acompanhamentos sobre o progresso dos alunos, analisando-se os resultados, corrigindo falhas, esclarecendo dúvidas e estimula os alunos a continuar trabalhando até alcançar resultados positivos.

Ao mesmo tempo, essa avaliação fornece ao professor informações sobre como está conduzindo o seu trabalho docente, ou seja, o andamento da matéria, adequação de métodos e materiais, comunicação com os alunos, adequabilidade da sua linguagem etc. Torna-se imprescindível, também, avaliar os resultados da aprendizagem no final de uma unidade didática, do bimestre ou do ano letivo. A avaliação global de um determinado período de trabalho cumpre da mesma forma para a função de realimentação dos procedimentos de ensino.

- 3) A função da avaliação como controle se refere aos meios e à freqüência das verificações e de qualificação dos resultados escolares, possibilitando o diagnóstico das situações didáticas. Há um controle sistemático e contínuo que ocorre na interação professores-alunos por ocasião das atividades pedagógicas realizadas durante o ano letivo no decorrer das aulas. Através dos alunos pode-se verificar se a aprendizagem está se efetivando mediante a assimilação de conhecimentos e habilidades e no desenvolvimento das capacidades mentais. Neste caso, é adequado qualificar os resultados em vez de quantificá-los. O controle pode ser parcial e final das verificações efetuadas durante o bimestre, no final do bimestre, no final do semestre ou do ano, caso a escola exija o exame final.

Estas funções atuam de forma interdependente, não podendo ser consideradas de modo isolado. A função pedagógico-didática está referida aos objetivos do ensino e diretamente vinculada às funções de diagnóstico e de controle. A função diagnóstica se torna vazia se não estiver referida à função pedagógico-didática e abastecida de dados que alimentam o acompanhamento do processo que ocorre na função de controle. A função de controle, sem a função diagnóstica e sem

o significado pedagógico-didático, fica restringida à simples tarefa de atribuição de notas e classificação.

3.7 Avaliação: interação do real e as expectativas do aprender

A avaliação não é um ato isolado e estanque. A interação se constitui o ato pedagógico apropriado que deve permear o comportamento do avaliador.

A partir do que precede se encontrará justiça, rigor e objetividade no aperfeiçoamento do avaliador e esse deixaria de ser instrumento de quantificar pessoas, ou seja, a melhor máquina de dar notas.

Quando, por exemplo, houver incorreções na primeira parte de um trabalho, o aluno recebe uma nota pior do que quando as mesmas incorreções forem inseridas na segunda metade do mesmo trabalho. As primeiras informações retidas pelo corretor influenciam a nota. Se a primeira informação é correta, o avaliador espera ver na sequência mais fatos corretos, e ficará mais atento e sensível ao que é efetivo daquilo que é menos efetivo e, assim, reciprocamente. Em suma, o preconceito instala-se depressa na ação avaliativa. As expectativas são moldadas pelo que o avaliador tem em vista: informações a priori, ou as primeiras impressões produzidas pelo trabalho do aluno.

Assim, as primeiras informações ou impressões provocam inferências que guiam a coleta posterior dos indicadores de aprendizagem. A busca de consonância pode então se operar. Nessas condições, a avaliação é uma operação de levantamento seletivo de indicadores. Os comportamentos de avaliação pertencem à categoria cognitiva dos comportamentos em que o levantamento de indicadores leva a uma decisão.

3.8 Avaliação como instrumento de opressão

Como regra, professores e pedagogos temem a avaliação, fato que dificulta discuti-la. Tratando-se da avaliação, evidencia-se que os educadores têm pavor de serem avaliados. Essa atitude é compreensível, já que há a história inaceitável de convivência pacífica entre o sistema público ou privado. A luta por isonomia e estabilidade, ainda criticada hoje como manifestação corporativista, teve também a preocupação de proteger a categoria docente contra o sistema político, permitindo desempenho desimpedido da profissão. Se a isonomia significa patamar de dignidade para todos, a estabilidade e a liberdade de educar seriam atribuídas a todos. Seriam, portanto, atributos necessários. Por outro lado, o corporativismo não nasceu por acaso, mas como resultado do cerco repressivo em torno do profissional que teve de se defender. Associações e sindicatos foram, assim, empurrados para a autodefesa. Ainda assim, se nos espaços públicos tais atributos se apresentam como inaceitáveis, não se pode afirmar que a situação dos profissionais do ensino se apresenta de maneira inadequada.

Os dois maiores problemas da categoria docente são remuneração insuficiente e o plano de cargo e carreiras inconsistente nos diferentes segmentos escolares. Estes fatos promovem mudanças na área educacional. A heterogeneidade presente nas condições de trabalho, na remuneração e no ensino, na desqualificação técnica e intelectual dos professores, acompanhada de desvalorização social e profissional se esboçam nas análises reducionistas e instrumentalistas das funções da escola como reprodutora das desigualdades sociais e o modernismo pedagógico conectado a idéias políticas tidas como progressistas, desenhando um cenário educacional pouco otimista.

Apesar disso, a partir dos anos 90, a política da educação começou a difundir a descentralização da educação não apenas para o desenvolvimento socioeconômico, mas para a determinação da posição dos países num momento de reinserção e realinhamento no cenário internacional.

Neste novo contexto, a demanda pela qualidade coloca a razão crítica construída a partir de conhecimentos gerais, a ênfase e prioridade para a educação

básica, supondo-se, também, uma reestruturação da educação média e superior, conforme se coloca na LDB nº 9394/96.

Nesse sentido, verifica-se a tendência de resgate no planejamento educacional, ao propor formas eficientes de formação do educando, capazes de efetivar a qualificação, tanto na vida profissional como na vida cotidiana, porque a qualificação se faz necessária em face das conquistas sociais e culturais decorrentes da onda de renovação tecnológica, especialmente a microinformática e o desenvolvimento das telecomunicações de abrangência irrestrita.

As características desta qualificação estão ligadas à noção de competência, exigindo desenvolvimento da comunicabilidade, da transferibilidade e da capacidade de lidar com o fenômeno tempo real.

A globalização exige que as instituições se consolidem em direção a uma atitude modernizadora das estruturas e valores. Na área educacional, vê-se o crescente incentivo, pela qualificação veiculada pela mídia, para que as escolas façam ingerências sobre as práticas existentes, no processo ensino-aprendizagem.

Ações que visam à qualidade na formação profissional não representam novidade no campo educacional, embora haja inúmeros fatores criticáveis na sua inserção. A receptividade dos educadores que atuam nas escolas não se mostra marcada pela resistência. Esta iniciativa de qualificação incrementada pelos agentes não ligados diretamente ao sistema educacional tem seus méritos porque não se furtam a dar contribuições a partir das leituras sobre as transformações do mundo contemporâneo; dividem responsabilidade no processo de qualificação; ampliam a visão e as interferências sobre educação, numa perspectiva multidisciplinar. Além disto, nota-se, também, uma convergência das propostas em relação aos requisitos de qualificação, "legitimando" a prática das parcerias.

Há que se refletir que as pessoas, que se põem em contato para a realização das propostas políticas, oriundas de onde quer que sejam, estão mais preocupadas em fazer o seu trabalho e, sem dúvida, muitas acreditam estar fazendo algo de positivo e lutam para que o sonho da elaboração das políticas à ação da prática

escolar ocorram processos de adaptação e acomodação, muitas vezes imprevistos, e não correspondentes às intenções postas pelas diretrizes governamentais, mesmo quando essas diretrizes trazem mudanças estruturais no sistema.

Paiva (2003) identifica que o resultado do sistema educacional, em relação ao desenvolvimento das virtudes intelectuais não depende apenas da educação acadêmica, mas se relaciona a aspectos psicológicos da formação, envolvendo aquisição de competências (como correspondentes capacidades) de longo prazo.

A elevação da complexidade das atividades, tanto no trabalho como no cotidiano da vida, encontra-se permeada por quatro fatores básicos que se relacionam a:

- I densidade da comunicação;
- II cooperação mediada pelo sistema informatizado;
- III compressão de atividades;
- IV compactação do tempo.

Desse modo, não basta pensar na formação profissional, mas também na educação geral, que, para além do conteúdo básico, tende a tornar-se permeável à adição de habilidades e conhecimentos profissionais especializados, sujeitos a um processo de atualização constante.

As demandas objetivas da revolução tecnológica apontam para um tipo de modernismo ineficiente que desperdiça as oportunidades dos alunos que não se dão custas da formação para um pensamento crítico. Ao contrário, a dominância do pensamento abstrato e geral caminha junto com a possibilidade da crítica. Do mesmo modo, uma ampla informação e compreensão da lógica e dos processos não podem restringir-se à produção, pois lançam efeitos na vida social. Ao abranger o conjunto das relações sociais, abrem caminho para a crítica apoiada no conhecimento.

Neste terceiro milênio, o capital se organiza para além da questão financeira, com ampla capacidade de adentrar os diversos setores da sociedade. Os requisitos

que introduzem a vida social e cotidiana no horizonte dos que trabalham trazem novas possibilidades de articulação equilibrada entre a socialização familiar e a socialização escolar, conferindo a esta o papel de consolidar virtudes e habilidades que, se espera, sejam forjadas na família.

A discussão sobre a atual descentralização da educação, entretanto, pode estar encobrindo as razões do desenvolvimento capitalista. As relações entre educação, trabalho e desenvolvimento não são mecânicas, portanto, suas leituras não podem ser lineares.

Segundo Roggero (2005), a noção de transferência de aprendizagem ou meta-profissionalização está relacionada, também, à construção de disposições psíquicas que dêem suporte ao enfrentamento da instabilidade e as mudanças no complexo processo de transformação social. A reorganização das políticas sociais e trabalhistas, que estão por vir, não no sentido da acomodação e aceitação passiva, mas no sentido do posicionamento crítico e enfrentamento consciente e conseqüente da realidade que se coloca transformará o ser humano. A idéia de que a educação e seus efeitos não possam ser substituídos pelo capital não pode se constituir em elemento de paralisação de uma ação renovadora, pois a função econômica da educação só pode se cumprir através das demais funções do sistema social. Ademais, a ênfase no desenvolvimento da abstração e da lógica não pode servir aos propósitos capitalistas de produtividade e lucro, mas essa possibilidade caminha junto com a oportunidade de desenvolvimento de um cidadão crítico, apoiado no conhecimento, capaz de gerar efeitos na sua formação para a vida social.

Uma das bandeiras dos requisitos de qualificação, frente à introdução da microinformática no trabalho, é a denominada educação continuada, cuja principal premissa está em "aprender a aprender". Esta proposta parece conter uma preocupação pragmática, no sentido de formar recursos humanos adequados às novas perspectivas de mercado, acirrando a competição num panorama de escassez de empregos.

Nota-se que os avanços da tecnologia parecem ameaçar a instituição escola. Ao contrário, é consensual a idéia de que a escola é insubstituível como espaço de

socialização e amadurecimento das relações interpessoais, até mais do que a transmissão de conhecimento.

Ressalta-se, porém, que se torna cada vez mais necessário que a escola substitua os métodos tradicionais por novas formas de interação entre as pessoas que as fazem e novas formas de construir conhecimento surjam na perspectiva do "aprender a aprender".

À medida que se caminha na direção do aprender a aprender, a escola prepara as pessoas no sentido da qualificação social, que exige reflexão sobre questões vinculadas a índole, caráter, solidariedade, responsabilidade e outros atributos da formação da personalidade. Já demandados pelos paradigmas da organização do trabalho. Apesar das contradições apontadas, há que se considerar que esse dado explica o fato de que os discursos dos diversos grupos de interesse, pela educação, parecem convergir. Não se pode, como educador, que atua na sala de aula, no governo, na empresa ou na academia, deixar de investir na possibilidade de que se esteja diante de um marco para o desenvolvimento de uma formação humanística que traga à luz o "homem universal e lúdico" a que se refere Schaff (apud CURRY, 2008). Um novo sistema de valores e uma nova cultura busca impedir o acirramento da dicotomia entre a formação geral e a formação técnica, que põe em cheque a possibilidade de uma educação humanista mais completa, através do fomento de uma visão holística do conhecimento. (ID IBID).

Antes do terceiro milênio, os capitalistas se preocupavam especificamente com o ensino técnico e, hoje, passam a fazer demandas sobre a educação geral. Há de se ficar atento quando isso se relaciona à perspectiva de aprofundamento da gestão da subjetividade humana em busca das formas de enfrentamento dessa contradição, para que o sistema educacional não passe a formar apenas consumidores de produtos, serviços e, principalmente, do conhecimento produzido pelos países de capitalismo avançado.

Estes fatos uma vez postos aos gestores do sistema educacional há de emergir um conjunto de necessidades e determinações, no complexo contexto da globalização, além de se estruturar políticas sociais e de educação coerentes, além

de se articular princípios pedagógicos que possam dar conta da qualificação real, levando-se em conta o duplo significado das expectativas que regem a nova centralidade da educação que é articular um foco permanente de leitura da interação das forças sociais do Estado, da burguesia e demais segmentos sociais.

Ao pensar nessa direção, se estará diante de questões, que não se esgotam em si, entre elas: como a educação vem sendo historicamente encarada pelas pessoas que compõem as forças sociais e como tem se relacionado com cada uma? Pode-se dizer que há diferenças substanciais no ideal de educação da burguesia e dos demais segmentos sociais? Ao se deslocar o enfoque analítico das relações capital/trabalho para uma leitura das interações entre os sujeitos das forças sociais, ainda que os remeta aos segmentos sociais, não será necessário recontextualizá-los no movimento contemporâneo?

4 CONCLUSÃO

A escola não pode ser compreendida fora do contexto social e econômico em que está inserida. Por isso, torna-se imprescindível a avaliação da educação, e, por via de consequência, da instituição escolar. Sempre que se exige mudança da escola, a sociedade fica em transição, requerendo complexos tipos de comportamento educacional.

Neste sentido, nenhuma reforma educacional é apenas técnica e neutra. Atrás das decisões existem posições políticas e interesses de grupos. A aprendizagem perde o seu *glamour* quando a estrada é de uma única via e não insere no contexto às competências e atribuições das partes, uma vez que, às instituições de ensino não estão adequadas e equipadas intelectual e fisicamente para uma abordagem estrutural do contexto metodológico. (HADJI, 2001).

O tema, avaliação da qualidade de ensino, é preocupante, porque se constata no estudo que os problemas são de toda ordem. Lentamente, estão sendo, todavia, inseridos projetos de grande porte para desencadear novos conceitos e uma visão mais moderna de gestão, em face do sistema nacional de avaliação implementado e implantado pelas políticas públicas da educação nacional.

A construção de um sistema educacional eficiente é fundamental para a educação das crianças e dos jovens, em síntese para a formação do cidadão brasileiro.

Para que haja transformações de gestão e administrativas, entretanto, urge que os responsáveis pelas instituições educativas federais, estaduais e municipais encontrem estratégias que otimizem e transforme a educação tradicional numa educação transformadora voltado ao mundo virtual.

Os sujeitos da sociedade ao reivindicarem a elaboração e execução de projetos junto aos legisladores promovem ações que são de fundamental importância para a mudança da realidade. A avaliação deve adentrar a dinâmica sociopolítica e organização das instituições escolares como procedimento eficaz para a transparência da eficiência da formação do cidadão brasileiro.

A avaliação necessita de desmistificação. A dinâmica avaliativa não deve ser traumática, mas um fenômeno original. Na origem deve estar, sobretudo, o desejo de ser avaliado em prol de uma aprendizagem significativa. O medo pela avaliação é compreensível. Professores e pedagogos, ao longo da história, foram vítimas constantes de má formação e baixos salários, além da manipulação política desregrada. Numa sociedade que a tudo e a todos classifica e escalona, é fundamental perseguir a relação pedagógica adequada mediada pela avaliação repleta de ações científicas e pedagógicas que possam produzir transformações do potencial humano em possibilidades educativas, reintegrando o fazer educativo ao pedagógico.

A crescente dissociação entre a atividade educativa e o exercício pedagógico foi produzindo a não-valorização científica da pedagogia. Os educadores foram se contentando em ser apenas um instrumento de organização da instrução educativa. Outras ciências, distantes da ótica pedagógica, foram assumindo o papel que lhe deveria ser destinadas, qual seja o de mediadores da práxis educativa e escolar.

Decorre, então, que as teorias educacionais, que antes foram teorias sociológicas, psicológicas, antropológicas, não deram conta de serem fomentadoras de práticas educativas. Inevitavelmente, a não-fecundação mútua de teorias educacionais e práticas pedagógicas foi redundando na instrumentação à crítica das práticas, produzindo caminhos lineares e paralelos entre os dois pólos de ação educativa. Dessa forma, emergiu o fosso entre a teoria e a prática pedagógica, ficando cada vez maior, dimensionando a validade teórica e prática da pedagogia em um fazer acrítico.

O desenvolvimento sócio-econômico de uma nação depende diretamente de fatores entre os quais se destacam a existência de uma população com uma

escolaridade que venha a vivenciar outros mercados de trabalho com competência e habilidades de conhecimentos, mediante uma rede de comunicação.

Na sociedade da informação, pode-se detectar essa nova dimensão social em evidencia-se que os indivíduos, espalhados pelo planeta, ao integrarem-se na rede de comunicação, tornam a informação, o conhecimento e o saber nos mais relevantes patrimônios da humanidade.

Essa rede de comunicação, na sociedade atual, vem exercendo um papel fundamental na produção do conhecimento e na formação educacional realizada nas instituições de ensino.

Nas diversas áreas de atividades, estes fatos avaliativos vêm facilitando a disseminação da informação, na transferência de responsabilidades e de tecnologia para a educação continuada de caráter informal e formal, além da integração interna do trabalho cooperativo entre indivíduos e organizações. Na produção do conhecimento, verifica-se que há necessidade de um resgate, não apenas na leitura eficiente de mundo, como também dos valores e da criação, favorecendo a construção de saberes. Isto permitirá que os órgãos públicos, educacionais e administrativos apresentem ações que vinham transformar hábitos e comportamentos no indivíduo para que a abordagem na execução das tarefas e habilidades seja mais eficaz. Com essa visão, os gestores implantarão laboratórios de formação tecnológica para capacitar milhares de pessoas para que fiquem interligadas diretamente a grande rede de comunicação, tornando-se cidadãos iguais e comuns. O futuro, agora, pertence às sociedades que conseguirem se organizar para aprender. (DEMO, 1999).

Pensar na sala de aula do futuro sem computadores, sem equipamentos de vídeos, sem outras invenções das quais ainda não se tem notícias, mas que já rondam o devir como fantasma antecipatório é impossível. Para diversos professores, o ensino tecnológico é uma das fantasias temidas, haja vista que o ensino possa ser realizado pela internet, de casa, apenas apertando teclas, e interagindo com programas que farão às vezes de professores.

Tem-se a convicção de que haverá, em um afã tranqüilizador surgirá diante desses temores, que o professor será sempre necessário a vida humana. Ao longo dos cinco séculos passados, a humanidade passou por mudanças e redefinições que são difíceis de imaginar. Se um professor de século XV ressuscitasse, subitamente, e possa sentir-se parte da mesma associação ou categoria profissional de um professor dos tempos atuais ficaria extasiado.

A grande rede foi criada para levar o conhecimento, fortalecer a comunicação e permitir que o intercâmbio seja mais rápido entre os povos. Entretanto, se os costumes equivocados de cuidar o ser humano estiverem o tempo todo interpretados de forma vulgar perante os que tinham acesso a educação no mercado e na sociedade.

A sociedade em alguns setores passou a usar a tecnologia para desvirtuar a inocência de um povo com um saber empírico e pureza d'alma. O homem político, que pode mudar a concepção de furto d'alma do ser, é o maior contribuinte deste descaso social.

A prostituição infantil e demais comportamentos inadequados veiculados pela tecnologia como sendo o foco maior da atenção social uma vez que, mantém refém famílias através dos filhos que utilizam o canal de comunicação tecnológica de modo equivocado e abusivo.

A mudança social que se iniciou com a antecipação da mulher para o mercado de trabalho fortaleceu mais ainda o distanciamento dos pais que ficaram sem tempo para participar ativamente da vida dos filhos, causando um abalo imensurável à sociedade despreparada para a mudança e transformação tecno-social.

O caminho está posto e, se a sociedade brasileira perder o rumo da história, os filhos da nação também não serão capazes de acompanhar a dinâmica da emancipação humana na globalização universal.

Para uma percepção mais objetiva da realidade educacional, em especial, da educação escolar, a avaliação deve continuar sendo incrementada em todos os segmentos das instituições escolares na perspectiva de averiguar os pontos fortes e êxitos para mantê-los e, também, para identificar os obstáculos, dificuldades e ameaças para redimensioná-los. Por conseguinte, a educação iluminada pelos resultados das avaliações empreendidas estará sempre a serviço do educando brasileiro, da sociedade e das instituições fomentadoras do mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda, **Filosofia da educação**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- BACHELARD, Gaston. **O direito de sonhar**. Trad. M. I. Raposo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.
- BECKER, Fernando. **Da ação à operação: o caminho da aprendizagem em J. Piaget e P. Freire**. 2. ed. Rio de Janeiro: D P & A e Palmarinca, 1997.
- CHIZZOTTI, Antonio, **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- CURY, Augusto, **Pais brilhantes, professores fascinantes**. Rio de Janeiro; Sextante. 2003.
- CURY, Augusto. **O código da inteligência: a formação de mentes brilhantes e a busca pela excelência emocional e profissional**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2008.
- DE BENEDETTI. Entrevista. **Revista Veja**, 28/08/91.
- DEMO, Pedro. **Mitologias da avaliação**. Campinas, SP. Autores Associados, 1999.
- FERREIRA, L. ; LOPES, E. **Diagnóstico do terceiro setor**. Belo Horizonte: CAOST/MG, 2006.
- GARDNER, Howard. **Inteligências múltiplas: a teoria na prática**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- GOLEMAN, Daniel. **Inteligência emocional**. 5. ed. São Paulo: Objetiva, 2010.
- HADJI, Charles, **Avaliação desmistificada**. Porto Alegre: Arimed, 200.1.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1991.
- MACHADO, Alessandro H. Conceitos sobre interatividade em sistemas de radiodifusão. **REVISTA ENGENHARIA DE TELEVISÃO** n° 47, set/out. 1999.
- MARTELLI, Claudio. Socialismo, liberdade, democracia. **O Socialismo do Futuro**, vol. 1, n° 2. 1991.
- MELLO, Guiomar N. Políticas públicas de educação. **Estudos Avançados**. v.5 n° 13 São Paulo: set./dez. 1991.
- MONTEZ, Carlos; BECKER, Valdecir. **TV digital interativa: conceitos, desafios e perspectivas para o Brasil**. 2. ed. Santa Catarina: Editora da UFSC. 2005.
- MORIN, Edgar - **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 3. ed. São Paulo - Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001.

PAIVA, Vanilda. **História da educação popular no Brasil**; educação popular e educação de adultos. 6. ed. ver. amp. São Paulo: Loyola, 2003.

PEDAGOGIA EM FOCO. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/aval01.htm>>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2010.

PERRENOUD, P. **Avaliação da excelência à regulação das aprendizagens, entre duas lógicas**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

REVISTA PRESENÇA PEDAGÓGICA. v. 6, n. 32, mar./abr. 2000.

ROGGERO, Rosemary. A idéia da metacapacitação. **Revista Ensino Superior**, ed. 95. São Paulo: Segmento, 2005.

SANTOS, Theobaldo Miranda. **Noções de prática de ensino**. 6. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.

SISTEMA BRASILEIRO DE TELEVISÃO DIGITAL TERRESTRE (SBTVD-T). Relatórios da ANATEL. Disponível em www.anatel.gov.br/sbtvd. Acesso: dezembro de 2006.

SOUZA, Sandra Zákia Lean de (Org.) Revisando a teoria da avaliação da aprendizagem. In: **Avaliação do rendimento escolar**. Campinas: Papyrus, 1991.